

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ
Redactor principal—CARLOS JOSÉ DE SOUSA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
Editor—Carlos Maria Coelho

PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA
Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores
ANO VI—Número 1.638
Sábado, 29 de Março de 1924
PREÇO — 30 CENTAVOS

Redacção, Administração e Tipografia
Calçada do Combro, 38-A, 2.º Lisboa—PORTUGAL
TELEFONE—5339-C
Officinas de impressão—Rua da Atalaia, 11 e 113

É HOJE QUE O EDITOR DE
A BATALHA
responde no tribunal da Boa-Hora

NA BOA-HORA A BATALHA NO TRIBUNAL

O camarada Carlos Coelho, nosso editor, responde hoje, pelas 12 horas, no 3.º Distrito, pelos artigos que abaixo publicamos. Serão advogados de defesa os nossos camaradas drs. Campos Lima e Sobral de Campos

22 de Março, do ano findo, publicamos a seguinte correspondência, pela qual Carlos Coelho vai responder:

S. TIAGO DO CACÉM
19 DE MARÇO
Sem comentários...

Nos pudemos deixar de verberar aqui, e de uma maneira tão bárbara e agressiva, a vítima Francisco Sobral, mais conhecido pelo «Chico Lebre», por parte do audacioso e intrépido político Rafael da Costa Brites, coadjuvado pelo sargento da G. R., comandante do posto local, o sargento, ficando o desgraçado muito com o corpo. O Lebre é uma criatura humilde, incapaz de ofender quem que seja, só se deuvenhou o ter sido chamado tam brutalmente por aqueles que se sa de fazer, se isto é de... Também nos consta que o sargento, alguns dias, chamou o Lebre a «pega», e partindo pelo meio uma onça de tabaco, deu-lhe um pedaço, para dizer que ele o não agarrara! Mas Lebre, coitado, só lá cumprira a missão, por temer outro ensaio! Cá fora, veio logo contar a toda a gente e mostrar os ferimentos.—C.

Pouco tempo depois, em 25 de Maio, mesmo ano, alguém se queixou a qual duma patifaria dum senhorio, verberamos da seguinte forma:

Os senhores

Trastes na rua
Os senhores e subalternos que ex-
m os desgraçados hóspedes voltam
levar novas e revoltantes infâmias,
levar-se-nos Pedro Joaquim da
da do senhorio Joaquim Duarte,
se, conseguindo comprar as auto-
e cada e entre tanto puzeram-lhe
a todos os seus haveres, a despe-
e ter pagamentos e documentação
em ordem.

Artigo que segue mereceu igual-
e as arremetidas da lei:

M CASO GRAVE

mais importante fábrica
metalúrgica do país vai
desaparecer?

Quanto os governantes do país se
davam em pugnas políticas para a
do pencho do poder, descurando
completo o desenvolvimento das
e agricultura, outras crias-
salientam na prática criminosas
que contribuem para o agrava-
da precária situação económica
do país através.

isto a propósito dos boatos que
em, e que já estão confirmados, de
as grandes oficinas metalúrgicas
conhecidas por «Fábrica Burnay»
Empresa Industrial Portuguesa,
propriedade da Companhia União
Algária, vão cessar a sua labora-
por motivo da liquidação da Com-
panhia.

fabricas do país da especialidade de fi-
e tecidos de algodão e de estampa-
e tinturaria, tais como a importante
fabrica do Conde da Ponte e suas o-
linhas de tinturaria do Olho de Boi, as
e menos importantes fabricas de te-
celagem da Rua Nova da Palma e do
Rio Sêco e bem assim as fabricas de
estamparia da Quinta do Inferno e da
Quinta da Cabrinha, situada no vale
de Alcântara.

A sua acção foi tam pernicioso, não
sabemos se devido à sua incompetência,
se a sua má fé, que em pouco tempo
essas fabricas cessavam a sua labora-
e as respectivas companhias, ou abriam
falência, ou liquidavam para poderem
pagarem aos seus credores, vendendo as
e respectivas propriedades e maquinaria.
Assim desapareceram do meio industrial
factores que muito poderiam contribuir
para o desenvolvimento da industria
nacional, pondo um forte entrave à im-
portação estrangeira não só pela com-
petência de preços como ainda pela
qualidade e bom acolhimento.

A nefasta acção administrativa de
César da Silva Azevedo, trazendo como
consequência o desaparecimento dessas
importantes fabricas, veio lançar na
miséria milhares de familias que ainda
hoje malizem o causador da sua an-
gustiosa situação.

Enquanto porém a industria nacional
se empobrecia pelo desaparecimento
dos seus recursos de progresso e de-
senvolvimento e milhares de operários
e operárias, lutando com a miséria, fi-
cando temporariamente sem terem onde
empregar a sua actividade, César da
Silva Azevedo apparecia feito ração, por
ventura tendo depositado «muito patrio-
ticamente», nos bancos estrangeiros, a
fortuna que o vigerismo das liquidações
lhe proporcionou. Continuaremos.

Um metalúrgico.

As barbaridades da G. N. R. tem so-
frido sempre nas columnas de A Batalha
as criticas mais enérgicas, motivo por
que demos guarida às vozes de protesto
que de B-ja chegaram até nós, por in-
termissão da seguinte correspondência:

A politica francesa

Pretende-se manter no po-
der um idolo de barro
PARIS, 28.—O sr. Millerand encar-
regou o sr. Poincaré de constituir o
novo gabinete. O sr. Poincaré acci-
to. A votação do senado não expremiu a
vontade daquela assembleia. Deu-se o
facto curioso da esquerda republicana
democrática ter aprovado uma ordem
do dia prestando homenagem aos ser-
vícios prestados pelo sr. Poincaré ex-
primindo-lhe toda a sua confiança para
retomar a direcção da politica externa
deixando o voto de novo à frente dos
negócios públicos. A Entente republi-
cana democrática que é o grupo mais
importante da Câmara enviou uma de-
legação ao sr. Poincaré para lhe decla-
rar que o grupo entendia que o sr.
Poincaré tinha o dever patriótico de se
conservar no poder em face da Alema-
nha e que os grupos republicanos da
esquerda, pondo os interesses da pátria
acima de tudo solicitavam do sr. Poincaré
que se conservasse no poder e que
acabasse a sua obra nacional e republi-
cana.

A imprensa diz que todos os senado-
res mostram desejos de que o sr. Poin-
caré seja mantido no poder, mesmo
aqueles que mais se opuseram às suas
leis e decretos e que declararam ter vo-
tado contra o governo por princípios e
temendo o uso que das autorizações
parlamentares possessem fazer os suc-
cessores de Poincaré.

O sr. Poincaré teve todo o dia con-
versações com vários politicos tendo-se
avistado também com o sr. Millerand.

A imprensa internacional

capitalista elogia Poincaré

PARIS, 28.—A notícia da demissão
do sr. Poincaré produziu funda emoção
em Bruxelas, acreditando-se contu-
do que o sr. Poincaré accitaria formar de
novo ministério.

Os jornais ingleses liram as boas re-
lações existentes, entre a França e a
Inglaterra e a esperança de que o sr.
Poincaré accitaria tomar de novo a di-
recção dos negócios públicos.

BEJA 30 DE JULHO

A ferocidade de dois sargentos
a G. N. R.

Dois sargentos da G. N. R., chama-se
um deles Ramalho e o outro Valério,
acabam de conquistar uma triste e
odiosa celebridade, por serem autores
do bárbaro espancamento de um rural
que nenhum crime praticou, nem ne-
nhuma resistência opô.

Vamos passar à narração deste caso
que provocou nesta cidade grande in-
dignação.

O rural António Manuel, de 25 anos,
residente na Boa Vista, compareceu no
quartel da guarda republicana por a
isso ter sido intimado, a fim de prestar
determinadas declarações. Como a sua
consciência de nada o accusasse, appare-
ceu «tranquillo e inteiro» no mesmo dia
em que a intimação lhe foi feita.

A certa altura do interrogatório os
sargentos Valério e Ramalho, irromperam
a agredir com um cinturão e um
cavallo marinho. A violência da agres-
são foi tal que o cavallo marinho se que-
brou.

Então o sargento Ramalho foi buscar
outro cavallo marinho, e o sargento Va-
lério, durante a ausência do seu colega
foi entretendo a sua ferocidade distri-
buindo socos ao rosto do rural.

O Ramalho, ao voltar com o cavallo
marinho, continuou agredindo-o de tal
forma que pouco depois o desventurado
prêso rolava pelo solo, com os sentidos
perdidos, banhado em sangue.

Os dois brutos ainda tentaram
brutalizar mais a vítima para a forçar a
recuperar os sentidos, o que não conse-
guiram.

O preso foi em seguida metido numa
imunda enxovia.

Alguns dias depois o preso foi posto
em liberdade, tendo-se provado a ino-
cência do delicto de que o accusavam.

Picarão impunes estes dois sargentos?
Então a agressão a presos é permiti-
da?

O pobre António Manuel que se en-
contra num estado lastimável, impossi-
bilitado de trabalhar, devido à agressão
que sofreu não pertence por ventura à
espécie humana, não está ao abrigo das
leis?

Continuaremos entregues à ferocidade
dos sargentos Ramalho e Valério?

Mais tarde, em 21 de Agosto, ainda
sobre o mesmo assunto publicamos
numa correspondência de B-ja, uma
informação que rezava assim:

Façaanha «heroica» do Ra- malho

Quando esta tarde passavamos as
portas de Mértola, deparou-se-nos o
celebrizado sargento Ramalho a bater
desalmadamente, com a «ripa», num
garoto esbarapado.

Ouvimos ainda esta frase:
— Ah! ladrão! se me não dizes onde
está o tio, não te e a toda a tua fami-
lia e no fim dou um tiro nos miolos!

Indagámos do que se tratava e infor-
maram-nos de que, encontrando-se o
sargento com a sua filha na feira, o ga-
roto furtava a esta um fio de ouro,
sem que o tenham conseguido reaver
até agora.

Certamente que o sargento em ques-
tão não tratou com a mesma brutalida-
de o seu subordinado que, conforme
já referimos, malou cobardemente um
homem, por fútil motivo de jogo.

Por estes horribes crimes que o
nosso editor vai hoje responder. Pe-
de-se a todas as testemunhas a sua
comparência a tempo e horas.

Quando esta tarde passavamos as
portas de Mértola, deparou-se-nos o
celebrizado sargento Ramalho a bater
desalmadamente, com a «ripa», num
garoto esbarapado.

Ouvimos ainda esta frase:
— Ah! ladrão! se me não dizes onde
está o tio, não te e a toda a tua fami-
lia e no fim dou um tiro nos miolos!

Indagámos do que se tratava e infor-
maram-nos de que, encontrando-se o
sargento com a sua filha na feira, o ga-
roto furtava a esta um fio de ouro,
sem que o tenham conseguido reaver
até agora.

Certamente que o sargento em ques-
tão não tratou com a mesma brutalida-
de o seu subordinado que, conforme
já referimos, malou cobardemente um
homem, por fútil motivo de jogo.

Por estes horribes crimes que o
nosso editor vai hoje responder. Pe-
de-se a todas as testemunhas a sua
comparência a tempo e horas.

O público já absolueu o nosso ca-
marada Carlos Coelho; milhares de
consciências acompanharam-no em es-
perança. Se o tribunal condemnar, não
condena um homem, condena uma
multidão.

Convite

O Sindicato Unico Metalúrgico con-
vida todos os seus componentes que o
possam fazer a assistir hoje ao julga-
mento.

NOTAS & COMENTARIOS

«El ditador»

Primo de Rivera, o terrível ditador
que em Espanha está esgrimindo con-
tra o trabalho e contra a intelligência,
encarcerando e desterrando operários
e intelectuais, entendeu já que devia
estender a sua pata e esmagar quem
quizesse em terreno que não é do seu
domínio. Em Monção, encontrava-se
hospedado o espanhol D. José Ramon
Alonso, pessoa culta e conhecedora da
nossa literatura que muito aprecia.
Anteontem um tenente e um cabo da
Guardia Civil, às ordens de Rivera,
entraram a fronteira portuguesa e di-
rigiram-se a Monção, a fim de apre-
nder o sr. Alonso. Esta arbitrariedade
praticada em território português onde
o sr. Rivera não manda, causou natu-
ral indignação e o povo revoltado não
permitiu que a prisão se fizesse.
As autoridades portuguesas daquela lo-
calidade enviaram ao ministro do In-
terior o seu justo protesto.

Rivera tem vontade de ser ditador
mesmo em casa alheia—em terra onde
os ditadores encontram quasi sempre
o seu glorioso fim nas balas duma pi-
stola.

Para o inferno

Alguns bispos alemães, muito cató-
licos, muito crentes, reunidos em con-
cílio, tomaram uma resolução pavo-
rosa: excomungar to os operários
que se filiem em sindicatos que não
sejam católicos.

Em breve estará cheio o inferno e o
ceu ás moscas...

Povo, acautela-te!

Uma proposta de lei sobre o regime cerealifero

Informam-nos da Arcada:
«No conselho de ministros, hoje re-
alizado, o sr. ministro da agricultura
apresentou as bases de uma proposta
de lei sobre o regime cerealifero que
na próxima 2.ª feira será apresentada à
câmara dos deputados».

Como os leitores sabem, o ministro
da agricultura é o sr. Joaquim Ribeiro,
que tam pródigo foi para a Mosagem
quando sobrou a mesma pasta em
Agosto do ano transacto. Parece-nos,
pois, que a justiça do povo e o nosso grito
de alarme...

«O COMBATE»

Iniciou a sua publicação em Fall River
o jornal operário O Combate, dirigido
pelo camarada Alfredo Campos Pessôa.
Apresenta bom aspecto gráfico e ex-
celente colaboração. Desejamos lhe pros-
peridade e longa vida.

CRONICA PARA LAMENTAR

NO CIRCO DE SÃO BENTO

C sr. Tavares de Carvalho a nove pontos—«O Fia-
do Velhinho» teve um êxito completo—O Sêlo, o
— Elixir da Longa Vida e a graça dum réclame —

Ontem realizou-se o ensaio geral do
espectáculo de grande gala que se anun-
cia para a próxima semana. Enquanto
não se realiza um tal espectáculo, va-
mo-nos aborrecendo com as estafadas
cenas do «sêlo da roda», que nenhum
interesse desperta.

No circo, a vivacidade dos «clowns»,
dos equilibristas, dos prestidigitadores
e dos charlatães, toda uma companhia
de artistas boémios, apenas fulgura ele-
mentarmente num grito gutural ou numa
gargalhada grotesca, sons ásperos que
ferem a tranquillidade do ambiente.

O sêlo Tã-Vãres, a celebridade
mais exquísita da companhia, move
com os seus números de tragédia «Ca-
restia da vida». Desta vez, envergou
uma túnica amarela, com o número
349, estampado a vermelho no peito, e
trouxo na cabeça um gôrro pardacento
com um alto gancho negro, do qual se
suspendia um cordel que vinha atar-se
lhes aos calcanhares que tinham aros
de ferro. Clamou a iniquidade dum po-
deroso monopólio, que Carris se cha-
ma, e arranca ao povo e aos que não
são do povo, uma grande soma de di-
nheiro por uma pequena parcela de ca-
minho eléctrico. Amaldiçoa as comissões
de arbitrio, que colaboram na obra dos
chatins.

Em seguida, desempenh-se o «Fiasco
do Velhinho». Foi o que se chama, na
classe dos fiscos, um autêntico «Fiasco».

O director da companhia, o sr. presi-
dente, quer demorar a patada invo-
cando o pretexto de que não há nú-
mero sufficiente para o desempenho.

O nobre senhor Moraes Carvalho, de
antiga linhagem num parlamento de
serapilheira, denuncia a vil tração dos
maiorais, que visa dar uma arma po-
lítica ao declinivratismo governamental do
príncipe Alvaro do Ministério Encanta-
do.

O desventurado Velhinho clama o seu
«misere»: a tragédia:
— Tu descreio do fisco. Vai tudo por
água abaixo com o vendaval da rejei-
ção.

Apoiado apoiado!—gritam as opo-
sições. Al seu Velhinho!
— Ah! mas a hora da vingança soará!
— clama este alfaiate Fernão Varques
da Legislação.

No dia em que o povo se enriste,
nenhum espada saberá passá-lo à mu-
leta...

O Cancels Piebu brada do nicho em
que se encolhe:
— Como monárquico tido e havido,
eu defendo a Constituição da Repúbli-

O joguinho do nosso Velhinho é
inconstitucional. A vida só estará mais
barata quando o escudo valer duas co-
rôas. Fora o truc, fora!

Mas o Velhinho, maior do que Ham-
let, olha com desprezo a sepultura da
sua proposta; teima, porque quer co-
nhecer os amigos; 16 aprovam a dis-
cussão e 42 rejeitam-na—fica a pro-
posta relegada, o «fiasco» consumado e
o governo encravado. Amargas desilu-
sões que é a comédia da vida activa dos
homens?...

O número «Elixir da longa vida para
lamentar» assim se traduziu do origi-
nal javanês—teve melhor êxito. O
chefe da tribu democrática, que Almeida
Ribeiro se chama, propõe que a
assembleia geral dos deputados tome
a iniciativa dum espectáculo de grande
gala—a convocação do Congresso Na-
cional da República Portuguesa, fun-
dado em 1911, na era dos dez apósto-
los. A companhia concorda, menos os
conhecidos caluniosamente por monár-
quicos. E assim se resolve—dirá a acta.

Finalmente surge o «sêlo», o fantás-
magórico «sêlo». As contes demoram,
ouvindo-se a enunciação de numerosas
percentagens. Deixá-los contá-los que
eles somarão-se-hão, como iguais que
são, e serão, até à quinta geração.

A graça alheia: no placard do
Noticiário, alixido no alto da cúpula,
está seguinte réclame: Os melhores
do circo são mais baratos que os outros.
Não repubblicanos são os do circo. Vitor
prefiram outros...

Escolas sindicais

Uma festa na secção de Palma
No dia 6 do próximo mês de Abril
realiza-se, na secção de Palma e Arre-
dores do S. U. da Construção Civil,
uma festa em favor da respectiva escola
com o seguinte programa:

De dia, festa da flor e quermesse; à
noite sarau dramático.

Abrihanta a festa a apreciada banda
da Academia Filarmónica V. rdi, espe-
rando a comissão escolar que todos os
camaradas conscientes a auxiliem nos
seus esforços para que não deixe de fun-
cionar a escola sindical, visto tornar-se
cada vez mais necessário combater sem
trégua a ignorância, principal entrave
à emancipação dos trabalhadores.

Tra trabalhadores: lide e propagaio

o cumprimento de A Batalha

O COMICIO DE ONTEM NO LICEU CAMÕES

Foram aprovadas por unanimidade as reclamações que a Federação
da Construção Civil vai apresentar á Câmara Municipal e ao governo

A hora marcada para o comício já
em frente do liceu Camões, no jardim
do Matadouro e imediações se encon-
travam numerosos grupos, na sua ma-
ioria constituídos por operários, que
aguardavam impacientes o início da
reunião. Porém, às 15 horas, ainda es-
tavam funcionando várias aulas, tendo
que se esperar a sua terminação para
ser franqueado ao público o gmnásio do
liceu. Só às 16 horas se abriu a porta
central do liceu entrando a seguir a
multidão que se aglomerava cá fora.

Pouco depois, João Miranda, da Fe-
deração da Construção Civil que presi-
dia, secretariado por Edmundo da Sil-
va e Alfredo da Cruz, declarou aberto
o comício, expondo o seu significado
em rápidas palavras.

Falou em primeiro lugar, Alfredo da
Cruz, que representava a U. S. O. O
orador iniciou o seu discurso com um
cerrado ataque às más construções que
tem sido, levados à prática, por pre-
tensos mestres de obras, vulgarmente
conhecidos pela pitoresca designa-
ção de «gaioleiros». Verberou indigna-
damente o procedimento de determina-
dos mestres de obras diplomados que
vão postar-se junto do portão da Câ-
mara Municipal, para negociar termos
de responsabilidade que permittem que
as obras sejam dirigidas por indivíduos
incompetentes e sem escrúpulos. A con-
sciência profissional e moral desses mes-
tres de obras diplomados é tam triste
e tam mesquinha que se acomoda e se
rende a uma obra de devastação e
crime por alguns escudos que os «gai-
oleiros» lhes dão.

A Câmara Municipal, assistem gran-
des responsabilidades nas más condi-
ções e desabamentos pela sua estu-
pefada passividade e pela inexplicável
cegueira da sua fiscalização.

Entende que o Estado tem o dever
de alojar alguns dos seus edificios os
inquilinos desalojados dos prédios que
ameaçam ruína. Mas, deve-o fazer,
em condições que não firam a moral
nem a hygiene. Para dar abrigo aos
que dele necessitam, não o deve fazer
atentando contra a hygiene e provo-
cando a mais aviltante promiscuidade.

Continuando no seu ataque, o ora-
dor, sustenta que o Estado não ten-
tou atenuar a crise de habitações, ci-
tando, para corroborar a sua afirma-
ção o facto de deixar inutilizar os
milhares de contos que representam
as construções inacabadas dos Bairros
Sociais.

Terminando, apela para o povo de

Lisboa a fim deste acompanhar todas
as decisões da U. S. O., para que se
consiga pôr cêbro a todos os crimes
que os «gaioleiros» tem praticado.

Alberto Dias cita o facto de virem
para Lisboa, trabalhar na construção
civil, criaturas da provincia que nenu-
mas aptidões têm daquela industria.
Essa gente é atraída a Lisboa pelos
«gaioleiros», que os empregam nas
construções de «gaiolas» visto que esses
provincianos, por não sabermos traba-
lhar acerta, submissamente, os salários
mais irrisórios.

Ataca o Estado que gasta dinheiro
em inutilidades como a ida de jogadores
de futebol a Madrid e deixa crimino-
samente deteriorarem-se as obras da
Escola Normal de Benfica e as do Bai-
ro Social do Arco do Cego.

Demonstra a insuficiência de fiscali-
zação da Câmara, apontando a caresta
da vida como um fenómeno que exerce
uma influencia pernicioso nas funções
dos fiscaes do Município.

Carlos Coelho impugna grande parte
das responsabilidades nos últimos des-
abamentos à vereação transacta por ter
desprezado completamente as reclama-
ções formuladas pela organização da
Construção Civil a corredo do trágico
desabamento da rua Cordeiro Teles.

Ataca o governo que desdenhando as
questões de interesse vital da população
só se occupa das mesquinhas intrigas da
politica.

Afirmna que os «gaioleiros» não que-
rem nas suas obras operários sindica-
dos no receio de que estes lhes descu-
brem as burlas.

Depois de criticar os mestres de obras
cômicos dos gaioleiros, incita o povo de
Lisboa a não se desinteressar do
assunto sem que este seja resolvido
de modo a ficarem, salvaguardados os
seus interesses.

Marcelino da Silva desenvolve largamente
as reclamações da Federação da
Construção Civil, demonstrando a sua
justiça e a sua efficácia. Faz ainda várias
considerações sobre os desabamentos,
as más construções e crise de trabalho
na industria.

Alfredo Lopes afirma serem incontá-
veis as vezes que a Federação da Con-
strução Civil se tem dirigido à Câmara
Municipal, reclamando contra as más
construções e apresentando alvires no
sentido de se lhes pôr cêbro. A Câmara
nunca os atendeu. É pois ela a única
responsavel pelo que tem acontecido.

Referindo-se à crise de habitações de-
clara que se o Governo tivesse atendi-

do as reclamações do Conselho de Sec-
ções do S. U. C. C., já hoje estariam
construídos, em Lisboa, dois Bairros
Sociais.

Censura a atitude do Governo que
se não preocupou como devia com a si-
tuação dos inquilinos desalojados dos
predios que desabaram ou ameaçam
ruína.

Ataca os senhores que estão usando
do monstruoso pretexto de que os seus
prédios ameaçam ruína para expulsar
deles os inquilinos.

João Caldeira defende os pedreiros
demonstrando que nenhuma responsa-
bilidade lhes assiste nos desabamentos
e nas más construções.

Invoca os grandes monumentos edifi-
cados pelos pedreiros, citando os mos-
teiros da Batalha e dos Jerónimos. Tór-
re de Belém e Basilica da Estréla e ou-
tros. Ataca largamente a obra criminoso
dos gaioleiros.

Inácio Marques, da Associação dos
Inquilinos Lisbonenses profere algumas
frazes de condenação sobre os «gai-
oleiros» e seus repugnantes proezas.

Foram a seguir lidas as reclamações
da Construção Civil á Câmara Muni-
cipal e ao governo, que já ontem publi-
cámos na íntegra, que foram aprovadas
por unanimidade.

Também foi por unanimidade apro-
vada uma moção da U. S. O., que é do
seguinte teor:

Considerando que os desabamentos
ultimamente verificados, são resultante
de nas construções modernas serem em-
pregados maus e deficientes materiais,
e ainda por serem ex-citadas sobre a
direcção de indivíduos incompetentes e
pela ausência da devida fiscalização ca-
marária;

Considerando que esses desabamentos
são a caracteristica da ganância dos
falsos construtores acobertados pela fal-
ta de escrúpulo dalguns mestres de
obras encartados que se prestam, me-
diante espurtela a tomarem responsa-
bilidade de determinadas construções;

Considerando que o povo de Lisboa
não pode estar à mercê do desleixo de
uns e da ganância de outros, da explo-
ração de todos;

Considerando que os 1500 requeri-
mentos entrados na Câmara segundo a
imprensa, revela que os senhores sem
os comover a afflitos situação do in-
quilinato pretendem aproveitar-se dos
desabamentos para despejarem os seus
prédios a título de ameaçarem ruína,
quando se verifica em alguns casos a
intenção de fins especulativos;

Considerando finalmente que a ur-
gente demolição e reconstrução dos
prédios que ameaçam derrocça deve
corresponder a garantia do alojamento
imediatos dos seus moradores;

O povo de Lisboa reunido em co-
mício público resolve reclamar:

Da Câmara Municipal

1.º—O maior escrúpulo na fiscali-
zação de futuras construções, remun-
dando devidamente os seus funcionários
para evitar que se deixem subornar pe-
los construtores menos honestos;

2.º—Que de futuro a Câmara não
aceite os termos de responsabilidade de
construções assinados por mestres en-
cartados desde que não sejam os pró-
prios executores da planta pela qual se
responsabilisaram;

3.º—Que sejam rigorosas as vistori-
as solicitadas pelos requerimentos que
estão dando entrada na Câmara, a fim
de evitar que a pretexto duma lamentá-
vel desgraça medrem intuítos ganancio-
sismos;

4.º—No caso dos possuidores dos
prédios demolidos não iniciarem no
prazo máximo de dois meses a recon-
strução das suas propriedades, a Câmara
inicie por sua conta as reedificações
apropriando-se dessas propriedades até
que os seus antigos inquilinos sejam ali-
mentados;

5.º—Que a Câmara no

